

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.175 - MG (2019/0254513-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **CARLOS EDUARDO ALVES**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**AGRAVADO** : **PAULINA DAS GRACAS NEVES LADEIRA**  
**ADVOGADO** : **ANA PAULA MENDES PEREIRA - MG087726N**

## **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INEXISTÊNCIA DE MÁ-FÉ OU INTUITO PROTETÓRIO NO MANEJO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DESCABIMENTO DA MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

## **DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por CARLOS EDUARDO ALVES, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, no qual se insurgiu contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais assim ementado (e-STJ, fl. 89):

EMBARGOS À EXECUÇÃO – EXCESSO DE EXECUÇÃO – CONFIRMAÇÃO DO EXCESSO EM MAIOR EXTENSÃO QUE A SENTENÇA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Restando confirmado, por aplicação da técnica do art. 400, I do CPC/15, que houve o pagamento parcial de uma nota promissória, o recurso há de ser provido para acolher os embargos em maior extensão, por excesso de execução. Embargos acolhidos em parte.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados, com aplicação de multa (e-STJ, fls. 104-116).

No recurso especial, o recorrente apontou violação dos arts. 489, 1.022 e 1.026, § 2º, do novo Código de Processo Civil.

Defendeu, em síntese, ser incabível a aplicação da multa de 2% sobre o valor da causa, pois opôs embargos de declaração em razão da omissão do acórdão em apreciar o pleito de exclusão da cobrança referente à quarta nota promissória.

Nas razões do agravo, a parte agravante impugna os fundamentos da decisão denegatória do recurso, reiterando, no mais, as razões do mérito recursal (e-STJ, fls.

136-149).

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fls. 152-153).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, em que pese à ausência de omissão, no acórdão prolatado no julgamento da apelação, acerca do pleito de exclusão da cobrança referente à quarta nota promissória, não se observa a presença de má-fé ou intuito meramente protelatório na oposição dos embargos de declaração. Isso porque a questão foi resolvida com base no ônus da prova (aplicação do art. 400, I, do atual CPC); sem, contudo, fundamentar sua conclusão sob o viés defendido pelo então embargante – ausência do título juntado aos autos.

Esse quadro, embora não ostente omissão, porquanto o julgador não está adstrito aos argumentos do autor, revela que era viável a oposição de embargos, sem configurar má-fé ou intuito meramente protelatório.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. CONSÓRCIO. DESISTÊNCIA. DEVOLUÇÃO DE VALORES. CORREÇÃO PLENA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÍTIDO PROPÓSITO PROTELATÓRIO. INEXISTÊNCIA. SÚMULA 98/STJ. FASE DE LIQUIDAÇÃO. PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA. MEIOS. REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES. EFETIVIDADE E PROPORCIONALIDADE. ART. 257, II, DO CPC/15.

1. Ação coletiva de consumo, em fase de liquidação, na qual se busca o cumprimento de sentença de procedência que determinou à recorrente a devolução dos valores desembolsados pelos consorciados desistentes de forma atualizada, com incidência plena de correção monetária e de juros moratórios.

2. Recurso especial interposto em: 05/02/2019; conclusos ao gabinete em: 28/06/2019; aplicação do CPC/15.

3. O propósito recursal consiste em determinar: a) se os embargos de declaração possuíam natureza protelatória e se era cabível a imposição da multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/15; e b) quais os meios adequados e efetivos pelos quais se deve conferir publicidade à sentença de procedência proferida em ação coletiva de consumo relacionada a interesses individuais homogêneos.

4. Afasta-se a multa do § 2º do art. 1.026 do CPC/15 quando não se caracteriza o intento protelatório na interposição dos embargos de declaração, como ocorre na espécie.

[...]

8. Recurso especial provido.

(REsp 1821688/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 03/10/2019)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, apenas para excluir a condenação ao pagamento da multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

